

OS LIVROS DIDÁTICOS COMO INSTRUMENTOS DISSEMINADORES DA CONCEPÇÃO HERÓICA DO BANDEIRANTE

Manuel Pacheco Neto¹

RESUMO

Este artigo analisa como a figura do antigo sertanista paulista foi abordada nos livros didáticos de história, no recorte cronológico que medeia entre 1894 e 2006. Confirmando nossos pressupostos primevos, o estudo revelou uma predominância significativa das abordagens laudatórias e triunfalistas, que apresentam o bandeirante como um personagem corajoso e patriótico, um personagem heróico, que acabou por afixar-se paradigmaticamente no imaginário da população brasileira. Esta figura mitificada foi, sem dúvida, massivamente disseminada pelos livros didáticos, instrumento escolar que além de propalar essa representação construída, ainda revelou uma quantidade surpreendente de equívocos historiográficos.

Palavras-chave: livros didáticos – bandeirante – brasil colonial.

ABSTRACT

This article analyzes as the illustration of the old walker from São Paulo was approached in the history text books, in the chronological cutting that it mediates between 1894 and 2006. Confirming our primeval presuppositions, the study revealed a significant predominance of the laudatory approaches and triumphant, that introduce the pioneer as a courageous and patriotic character, a heroic character, that it ended for sticking with predominance in the imaginary of the Brazilian population. This mythicized illustration was, without a doubt, massively disseminated by the text books, school instrument, that besides to spread that built representation, she still revealed a surprising amount of misunderstandings in writing of history.

Keywords: text books - pioneer - colonial brazil.

RESUMEN

Este artículo analiza como la personaje del cerril viejo de San Pablo se aproximó en el texto de la historia reserva, en la corte cronológica que media entre 1894 y 2006. Confirmando nuestras presuposiciones prístinas, el estudio reveló un predominio signficante de los acercamientos laudatorios y triunfalistas que introducen al pionero como un carácter valeroso y patriótico un carácter heroico, que acabó para el paradigmaticamente pegajoso en el imaginario de la población brasileña. Esta personaje imaginaria era, sin una duda, masivamente diseminó por los libros del texto, el instrumento escolar que además de propalar que construyó la

¹ Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados/ MS

representación, los revelaron todavía una cantidad sorprendente de historiográficos de las equivocaciones.

Palabras clave: libro didático - pionero - brasil colonial.

Nossa pesquisa de doutorado, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, investigou como a figura do bandeirante foi apresentada pelos livros didáticos de história, desde 1894 até 2006². Nossa principal motivação por este viés de investigação se deveu, sobretudo, por termos constatado, ainda desde o mestrado, que a figura do paulista heróico é um dos grandes mitos da história do Brasil Colonial.

O bandeirante de botas, chapéu, gibão, mosquete e alfanje é uma representação construída pela historiografia convencional.

Existe a figura de um andeje que precisa ser conhecida. Uma figura descalça, andrajosa e mestiça. Um caminhante aturdido, atormentado pela pobreza reinante num contexto rústico. Um homem ordinário, nada extraordinário, que palmilhou paragens matagosas desconhecidas, distantes do vilarejo onde morava, em habitações de taipa, onde não havia camas. Este homem, nos extremos da fome, comeu ratos e sapos, e nos limites da sede, bebeu sangue de animais selvagens. Andando à pé, ele foi um viajor que cumpriu distâncias desmedidas, às vezes trôpego, exangue. Anteses de herói, ele subsistiu muitas vezes graças ao índio, com quem aprendeu preciosas técnicas de sobrevivência no meio selvagem. Mesmo tendo sido aprendiz de tão experiente mestre, ele o caçou e escravizou, visando aplacar a carestia de um cotidiano pungente, onde a escassez de víveres era notória. Lançando mão da violência, em suas formas mais extremas, ele não raro deixou um sulco de espanto e desolação por onde passou ... choças enegrecidas pelo fogo e muitos corpos desmembrados. Ele também foi atacado pelo indígena hostil, sofrendo toda a espécie de agressividade. Visto como maligno por evangelizadores jesuítas, ele foi designado, por Maxime Haubert, como integrante das “Hordas do Anticristo”. Responsabilizado por uma expansão geográfica de dimensões continentais, ele foi transformado num ser quase supernatural, possuidor de virtudes magnas, passando para a posteridade como um herói paradigmático, que foi distanciado de si mesmo pelas artimanhas panegiristas da historiografia ufanista, tornando-se, por fim, quase um antípoda de si próprio.

² A delimitação 1894-2006 se deveu à intencionalidade de pesquisar livros didáticos publicados a partir da Proclamação da República no Brasil (1889). Essa opção relaciona-se ao fato de que na época da Proclamação da República – conforme deixou claro Volpato –, houve uma significativa instrumentalização ideológica do mito bandeirante por parte das elites paulistas, que procuravam legitimação no passado, visando a hegemonia no exercício do poder. O livro didático de Rio Branco – que foi escrito em 1889 e publicado cinco anos depois pela Livraria Teixeira e Irmão – que foi o primeiro por nós analisado, reflete a maneira que se escrevia livros didáticos no momento exato do qual pretendíamos partir. Cumpre esclarecer que, em nossa tese, a cada década pesquisada, fazíamos uma contextualização histórica, buscando entender como se situavam os livros didáticos no contexto brasileiro em que foram publicados. Naturalmente, por razões de delimitação espacial, não é possível incluir neste artigo o minucioso trabalho que caracterizou a elaboração dessas contextualizações. Para aprofundamento nessa questão, consultar: PACHECO NETO, Manuel. *O bandeirante como tema na educação brasileira: um estudo dos livros didáticos publicados entre 1894 e 2006*. Piracicaba: UNIMEP, 2007. (Tese Doutorado).

Muitos o conhecem revestido de uma aura de refulgência, ostentando trajes aparatosos, em consonância com todas as adjetivações de honra, bravura e virilidade, que lhe foram atribuídas pela historiografia apologética, cujo viés narrativo instalou-se na instituição escolar, disseminando-se na sociedade brasileira através do tempo, à medida que as gerações iam ingressando e saindo do ensino fundamental. A figura do bandeirante herói, em grande parte por causa da escola, foi amplamente espalhada, estando hoje significativamente presente entre as concepções identitárias brasileiras.

Depois do doutorado, após investigar as abordagens sobre a figura do bandeirante paulista, em livros didáticos publicados entre 1894 e 2006, sentimo-nos com alguma segurança para fazer algumas reflexões acerca desse estudo, afirmando, antes de mais nada, que nos surpreendeu a significativa quantidade de equívocos ou erros que encontramos no material estudado. Logo no início, na primeira obra didática analisada, constatamos um não pequeno engano do Barão do Rio Branco, que em 1894, asseverava que o sertanista Manuel Preto não participou da destruição das reduções guairenhas, pois já não mais vivia quando essa faina destrutiva dos paulistas foi levada a cabo. É largamente sabido que Manuel Preto figura dentre os mais ativos sertanistas que agiram no Guairá, tendo chefiado várias expedições que para lá se dirigiram, na primeira metade do século XVII. Outro equívoco notável foi cometido por Benevides (1913), quando, ao escrever sobre as tensas relações que existiam entre bandeirantes e jesuítas, abordou não a expulsão desses últimos de São Paulo – por obra dos paulistas – em 1640, mas a expulsão dos mesmos da colônia em 1759, por obra do Marquês de Pombal. Já Pombo (1922), compôs uma abordagem que apresenta flagrante divergência entre o texto – que trata das expedições à pé – e a iconografia, que apresenta a reprodução da pintura intitulada *Partida da Monção*, de Almeida Júnior, desta forma contribuindo para a disseminação de uma distorção não apenas conceitual, mas também temporal, já que monções eram expedições não de caminhantes, mas de navegantes fluviais, que singraram regularmente a rede hidrográfica que rumava para o oeste, porém não em simultaneidade com as bandeiras, mas depois que essas tropas pedestres descobriram as fartas jazidas auríferas de Cuiabá.

Significativos enganos de datas foram também cometidos por Lima (1942), que abaixo do título de seu texto *Entradas e Bandeiras* afixou, em números bem destacados, o recorte cronológico 1531-1772. Esse autor considerou a incursão de reconhecimento ordenada pelo aristocrático Martim Afonso de Souza, em 1531, como a primeira entrada realizada no Brasil Colônia. Cumpre lembrar que São Paulo foi fundada mais de vinte anos depois, em 1554, ensejando, pouco tempo depois, a penetração sertaneja sistemática por parte dos moradores do planalto, ou seja, a organização sucessiva de entradas por parte dos *paulistas*. Não é ilícito considerar a entrada ordenada por Martim Afonso como a primeira ocorrida na colônia, porém, afirmar que as *Entradas e Bandeiras* se estenderam até 1772 é sim, um equívoco cronológico, um claro erro de datação, já que a organização sistemática e seqüencial de expedições a pé havia se extinguido aproximadamente cinquenta anos antes, por volta da época da expedição goiana do segundo Anhanguera, em 1722.

Além de delimitar erroneamente o arrefecimento final das expedições, situando-o, como se percebe, meio século depois de seu tempo, Lima (1942) afirma, à página 78 de seu livro didático, que Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, liderou uma bandeira em 1772, fundando a cidade de *Goiaz*, corroborando, repisando ainda seu equívoco na página seguinte – 79 –, quando reafirma que em “1772, Bartolomeu Bueno, filho de Anhanguera, funda o Arraial de Goiaz”. Um equívoco desses, que à primeira vista pode não parecer tão significativa, causa uma interpretação enganosa da história, com implicações que se desdobram em três prismas distintos, sendo o primeiro deles o entendimento de que o bandeirismo teve seu ocaso não no início da terceira década do século XVIII, mas no início do oitavo decênio da mesma centúria; o segundo prisma de entendimento distorcido, ensejado por essa datação equivocada, relaciona-se à questão de situar o Anhanguera filho – um dos bandeirantes mais conhecidos da história colonial – fora de seu tempo de vida, postando-o como um homem que chefiou uma das mais célebres bandeiras, cinco décadas depois de sua ocorrência; já o terceiro prisma ou possibilidade de entendimento distorcido em face do erro de Lima, relaciona-se às significativas mudanças que ocorreram na colônia após as descobertas auríferas, ou, noutros termos, a compreensão errônea de que a bandeira do Anhanguera filho ocorreu meio século depois – não em 1722, mas em 1772 –, é passível de propiciar, por conseguinte, o entendimento de que a migração de vários milhares de portugueses para a colônia – em busca do ouro –, ocorreu não na primeira metade do século XVIII, mas já avizinhandando-se de suas últimas duas décadas. Afora esse erro, que como vimos, causa não pouco prejuízo à compreensão histórica, Lima equivocou-se novamente, desta vez no que diz respeito ao mais conhecido sertanista da colônia, Antônio Raposo Tavares. O autor afirma que esse bandeirante chefiou *a destruição das missões do Guairá, em 1623* (p. 78). Porém, sabe-se que foi Manuel Preto quem liderou os assaltos ao Guairá, no mencionado ano, cumprindo lembrar que desde 1602 esse sertanista já apresava índios na região em pauta. Raposo Tavares jamais esteve no Guairá antes de 1628, ano em que para lá se dirigiu pela primeira vez. Desta forma, ao afirmar que em 1623 Raposo Tavares esteve no Guairá, Lima não comete apenas um erro de data, como também atribui a um bandeirante o papel histórico levado à cabo por outro, omitindo completamente o nome de Manuel Preto, personagem que contribuiu significativamente para a destruição das missões e o apresamento de milhares de índios no Guairá.

Outro autor que explicita imprecisões em sua abordagem é Ferreira (1947), uma vez que ao mencionar a expedição de Gerônimo Leitão – algo raro nos livros didáticos –, não fornece ao leitor o ano de sua ocorrência, que foi 1585. Ferreira também acaba fazendo uma troca de personagens, afirmando que Roque Barreto foi ao sertão *descer o gentio* em 1602, sequer mencionando o nome de Nicolau Barreto, o sertanista que encabeçou e marchou com essa expedição, a mando de seu irmão Roque, na época Capitão-Mor da capitania de São Vicente, que incentivou a marcha, mas não arredou pé do planalto paulista.

Corrêa³ (1955) também enganou-se em sua abordagem, ao defender que por mais de um século, depois que Cabral aportou na Terra de Santa Cruz, ninguém descobriu ouro na nova colônia. Os pesquisadores do bandeirismo sabem que Afonso Sardinha, entre 1589 e 1600, achou, não apenas uma vez, quantidades razoáveis de ouro nas matas não tão distantes de São Paulo: em Guarulhos, no Jaraguá e na Serra da Mantiqueira. Essas jazidas – embora não tão opulentas quanto aquelas que mais tarde foram descobertas em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás –, certamente contribuíram não pouco para a fortuna pessoal de Sardinha, que em sua época foi considerado o homem mais rico de São Paulo. Portanto, não demorou *mais de um século* para que alguém encontrasse ouro na colônia, como defendeu Correa. Esse não foi, contudo, o único erro cometido pelo ilustre imortal da Academia Brasileira de Letras, posto que ele afirmou, no mesmo livro didático em pauta, que a expedição esmeraldina de Fernão Dias partiu de São Paulo em 1672, quando se sabe que tal partida ocorreu em 1674, mais precisamente no dia 21 de julho. Corrêa (1955, p. 127) também afirmou, entusiasticamente, que essa foi “a maior [...] de todas as bandeiras”. É claro que essa expedição do governador das esmeraldas não contava com pouca gente. Contudo, não resta qualquer dúvida acerca do contingente elevado que se dirigiu ao Guairá, acompanhando Manuel Preto e Raposo Tavares. As expedições de apresamento, organizadas não para a prospecção mineral, mas para a agressividade e o combate desabridos, foram, inapelavelmente, as empreitadas que mais agregaram mateiros no Brasil colonial. A tropa de Fernão Dias, cujo objetivo claro era encontrar minérios valiosos, contou com “quarenta homens brancos”⁴ e um número impreciso de índios. Já a expedição de apresamento capitaneada por Raposo Tavares, em 1628, contou com “noventa homens, em sua maioria mamelucos e dois mil e duzentos índios tupis”⁵. Sobre essa mesma expedição, outra fonte dá conta de “900 mamelucos, 2000 índios e auxiliares capitaneados por 69 paulistas”⁶. Afora esses números, que sem dificuldades podem ser encontrados na historiografia produzida pelos autores mais diversos, cumpre corroborar que é consensual, entre as mais diferentes produções, o entendimento de que as expedições de apresamento foram, em regra, agregações de homens marcadamente maiores – mais numerosas – que as tropas organizadas com o objetivo único de encontrar minérios valiosos. Desta forma, revela-se claro o equívoco de Corrêa (1955, p. 127), já que a expedição prospectora de Fernão Dias não foi “a maior [...] de todas as bandeiras”, como afirmado no livro didático de sua autoria.

Parece que com o decorrer do tempo, os erros foram se tornando menos frequentes nos livros didáticos, porém não pararam de ocorrer. Teixeira (1980, p. 62), afirmou que as reduções do Guairá eram “no Rio Grande do Sul”, cometendo, ao mesmo tempo, dois equívocos, um temporal – já que o estado do Rio Grande do Sul não existia no Brasil Colonial – e outro geográfico, já que as reduções do Guairá se encontravam em terras hoje pertencentes ao estado do Pa-

³ Viriato Corrêa, famoso literato brasileiro, membro da Academia de Letras e autor das célebres obras *Balaíada* (1927) e *Cazuza* (1938).

⁴ Franco, 1989, p. 282.

⁵ Franco, 1989, p. 412.

⁶ Ellis, Myriam, p. 287, In. Tomo I *A Epopeia Colonial*, 1997.

raná, não se situando, portanto, dentro do espaço geográfico que atualmente pertence ao Rio Grande do Sul. Algum tempo depois, erro grosseiro cometeu Mocellin (1985), ao apresentar uma representação iconográfica que retratava o Anhanguera, onde deveria constar um desenho ou pintura retratando Henrique Dias, o negro que celebrou-se por liderar um grupo de africanos, na resistência portuguesa aos holandeses, entre 1645 e 1654. Henrique Dias é hoje considerado pelo exército como um herói nacional, porém, no livro didático de Mocellin, aparece a reprodução de uma pintura que retrata o Anhanguera ludibriando os índios, no decantado e lendário episódio do aguardente em chamas. Lá está o Diabo Velho⁷, retratado com todos os apetrechos que o identificam como *bandeirante*. Os índios que o rodeiam estão estupefatos, diante daquela figura de barba branca, imponentemente trajada e armada, que com a mão esquerda para o alto, olha para baixo, mirando uma vasilha que contém *água em chamas*. Abaixo dessa representação iconográfica, aparece a inusitada legenda: *Henrique Dias recebendo atendimento médico* (Mocellin, 1985, p. 54). Outro importante erro de organização iconográfica apareceu em Darós (1997), que abaixo do título do capítulo VII de sua obra, que enunciava, em letras garrafais, *Bandeirantes: em busca de ouro e de índios*, apresentou a reprodução do quadro *Partida da monção*, de Almeida Júnior⁸. Essa discrepância envolvendo texto e imagem propicia, certamente, um entendimento errôneo da história, não apenas em termos conceituais, mas também temporais, pois as bandeiras eram expedições marchadoras, que duraram até o início da terceira década do século XVIII, enquanto as monções foram frotas fluviais, que se tornaram frequentes logo depois dessa época, ou seja, depois da descoberta do ouro de Cuiabá, em 1722. Em termos breves, o título do capítulo VII do livro didático de Darós afirma que o texto tratará de *bandeirantes*, porém, logo abaixo, estende-se uma representação iconográfica – por quase toda a página – que retrata monçoeiros partindo. O título alardeia personagens que como é sabido, se findaram antes que as monções se adensassem. Os bandeirantes palmilharam as matas da colônia antes que os monçoeiros singrassem os rios que nelas correm, rumo às paragens remotas do âmago do continente. Organizados em frotas de canoas e canoões de madeira, os monçoeiros foram, portanto, navegantes, não caminhantes, como os bandeirantes. No entanto, Darós não esclarece essa importante questão em seu livro didático, simplesmente imiscuindo uma representação iconográfica relativa às monções, num capítulo que se dispôs a tratar dos *bandeirantes*. Percebe-se ainda outro descuido na abordagem do autor em pauta, quando ele cita longamente um trecho da obra *Conquista Espiritual*, de Antonio Ruiz de Montoya, sem informar sua fonte, nem no transcórrer do texto, nem na bibliografia. Além disso, a citação em questão apresenta inexatidões, sendo uma delas a troca da palavra *alfanje*⁹ -

⁷ Anhanguera significa Diabo Velho.

⁸ Essa mesma representação iconográfica foi erroneamente utilizada por Rocha Pombo (1922), quando, ao tratar do bandeirismo, a reproduziu, como se tal obra aludisse ao mesmo contexto e período histórico que produziu as bandeiras.

⁹ Alfanje: sabre de folha curta e larga. (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

que consta nos originais de Montoya – pelo termo *alforjes*¹⁰, propiciando uma alteração significativa no sentido da frase transcrita.

Como é perceptível, não é insignificante a quantidade de erros que encontramos na leitura que fizemos das abordagens sobre os bandeirantes nos livros didáticos publicados entre 1894 e 2006. Estes erros ensejam equívocos de compreensão ou interpretação acerca do personagem histórico que investigamos. Doravante, tendo já apontado a recorrência desses erros nas obras didáticas estudadas, iniciemos a apontar alguns aspectos que delinham a concepção que acabou permanecendo – até o final do período estudado, ou seja, 2006 – acerca dos bandeirantes. Dentre esses aspectos, avulta-se a quase completa ausência de menções, em todo o material didático percorrido, acerca da massiva escravização de índios que ocorria na vila de São Paulo de Piratininga. O apresamento de índios, levado a cabo por muitas expedições bandeirantes, aparece com frequência nos livros didáticos, porém, as finalidades desse apresamento são reduzidas à explicação simplista e unilateral do tráfico da venda da mão-de-obra apresada para abastados proprietários de terras, principalmente senhores de engenho do Nordeste e do Rio de Janeiro. A escravização de índios em São Paulo – que não era pouca e impulsionava as atividades de apresamento –, na grande maioria dos livros didáticos, não é sequer remotamente sugerida. Uma das raríssimas vezes em que encontramos menção à utilização de escravos índios nas próprias terras dos paulistas, foi no livro didático de Carmo e Couto (1998), cujo texto, após abordar o apresamento e o tráfico dos nativos capturados para o nordeste, ressalva que dentre essa farta escravaria obtida nos sertões e nas missões, “um grande contingente destinava-se ao trabalho nas próprias fazendas de São Paulo” (Carmo e Couto, 1998, p. 110). Outra dessas nada frequentes menções acerca do labor escravo no planalto, aparece em Braick e Mota (2006, p. 239):

Como os paulistas não tinham recursos para comprar escravos africanos, eles capturavam indígenas para trabalhar nas lavouras. Uma parte desses nativos escravizados era levada para os engenhos do Nordeste e do litoral fluminense.

É de fato perceptível a infrequência, a raridade das menções sobre o aproveitamento dos escravos indígenas no planalto de São Paulo, configurando-se, portanto, como uma característica marcante das abordagens sobre os bandeirantes nos livros didáticos. Fernão Dias Pais, por exemplo, mesmo tendo sido um grande apresador de índios, é apresentado nos livros didáticos como um obstinado pesquisador de riquezas minerais, devido à sua última jornada sertaneja, que o celebrou como o *governador das esmeraldas*. Sua faceta de apresador que fartou-se de índios escravizados – especialmente no sul da colônia, na primeira metade do século XVII – é praticamente ausente dos livros didáticos¹¹, tão ausente quanto

¹⁰ Duplo saco, fechado nas extremidades e aberto no meio formando como que dois bornais, que se enchem equilibradamente, sendo a carga transportada no lombo de cavalgaduras ou no ombro de pessoas (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

¹¹ Constitui-se rara exceção a abordagem de Gomes (1974, p. 78), que aponta Fernão Dias como apresador, ao lado de Raposo Tavares e Manuel Preto.

sua irredutibilidade em relação ao seu filho José Dias, a quem mandou enforcar diante de seus subordinados¹². O avultamento e a ênfase que a *jornada esmeraldina* acabou tendo na historiografia, certamente contribuiu para eclipsar o trabalho apresador levado a cabo por Fernão Dias, bem como para quase obliterar o enforcamento de José Dias, ocorrido precisa e paradoxalmente nessa mesma expedição.

Contudo, se os livros didáticos quase não apresentam Fernão Dias como apresador de índios e sentenciador de seu filho, o mesmo não ocorre em relação à heroização do *governador das esmeraldas*, profusamente reiterada ao longo do tempo. Silva (1952, p. 65) atribuíu a Fernão Dias as virtudes da intrepidez e da tenacidade, afirmando ter sido ele *o mais célebre bandeirante*, um homem cuja glória foi celebrada no poema de Olavo Bilac, intitulado *O caçador de esmeraldas*. Três anos depois, Corrêa (1955, p. 128) apresentou Fernão Dias como um dos “grandes bandeirantes”, um homem que, em nome da disciplina de sua tropa, ordenou o enforcamento de seu filho José Dias, “elemento de desordem e traição”. Essa menção sobre o enforcamento de José Dias, como já informamos preliminarmente em recente nota de rodapé à página 08, é uma das raras vezes em que esse episódio é trazido à baila nos livros didáticos, porém não de maneira imparcial, mas sim ressaltando a inflexibilidade disciplinar de Fernão Dias que, para o autor, estava acima de qualquer outra coisa. A apologia a Fernão Dias não aparece apenas em livros didáticos mais próximos da contemporaneidade, mas também em abordagens mais remotas, distantes no tempo. Oliveira (1909, p. 62-64-65) adjetivou esse personagem histórico como “chefe de família ilustre”, ressaltando a “coragem, a decisão, a pertinácia de tão intrépido paulista”, afirmando ainda que nada enfraquecia o “ânimo de tão audaz e arrojado sertanista”. Também Silveira (1924, p. 188-189), adjetivou Fernão Dias como “o intrépido paulista, o audaz bandeirante”.

Na verdade, os elogios a Fernão Dias, apesar de serem assíduos nos livros didáticos, configuram-se como apenas parte de uma recorrência muito mais ampla nessas mesmas obras, que é a heroização dos sertanistas paulistas como um todo. Essa é, parece que de fato, a maior recorrência nas abordagens sobre os bandeirantes, nos livros didáticos investigados, uma constante que atravessa as décadas.

No final do século XIX, afirmava Rio Branco (1894, p. 59): “os paulistas que foram os operários diligentes da civilização do Brasil”. No início do século seguinte, entre outros profusos e enfáticos elogios, afirmava Oliveira (1909, p. 55):

¹² O enforcamento de José Dias, ordenado por Fernão Dias, aparece em Corrêa (1955, p. 128) – quase em tom enaltecedor – e em Azevedo e Darós (1988, p. 91). Aliás, não apenas o enforcamento de José Dias se faz ausente dos livros didáticos, pois, muitas vezes, o próprio nome desse filho mameluco de Fernão Dias, não é sequer mencionado como membro da tropa, ao passo que o nome de Garcia Rodrigues – filho *legítimo* de Fernão Dias – avulta-se, perceptivelmente, como o de um personagem admirável, tão fiel ao pai que, após a sua morte, transportou seus restos mortais para São Paulo, visando depositá-los na Igreja de São Bento, como queria Fernão Dias.

A história das bandeiras e dos bandeirantes [...] merece as honras de um poema heróico e não pode ser descrita com justeza em um resumo de narrativa histórica rudimentar.

Pouco tempo depois, as bandeiras eram, para Benevides (1913, p. 25): “...expedições [...] constituídas por indivíduos audazes [...] tendo sempre um chefe destemido e valente”. No início do decênio seguinte, assegurava Pombo (1922, p. 33): “chamavam-se bandeiras, expedições organizadas pelos colonos mais audaciosos”. Dois anos depois, parecendo fazer eco a Pombo, sobre os bandeirantes afirmava Silveira (1924, p. 182): “Pesquisadores audazes das riquezas [...] desbravadores intemeratos [...] exemplos de uma tenacidade irrealizável”. Na década seguinte, sobre as bandeiras afirmava Ribeiro (1935, p. 227): “Nada as detem, nem os desfiladeiros e precipícios, nem a sede ou a fome, nem as commoções da natureza ou as fadigas do espírito...” Já no começo da década posterior, apresentando o mesmo viés de argumentação de Ribeiro (1935), sobre os bandeirantes asseverava Afonso Celso citado por Lima (1942, p. 79): “Não os detém ou amedrontam, barreiras e contratempos: chuvas, sêcas, frios”. Esse mesmo livro didático, em determinado ponto se assemelha ainda à outra obra didática anterior – a de Silveira (1924), citada há pouco. Seu autor afirma que os bandeirantes tinham “indomável energia, tenacidade incomparável” (AFONSO CELSO *apud* LIMA, 1942, p. 79). Se a *tenacidade* dos bandeirantes em 1924 era *irrealizável*, em 1942 – dezoito anos depois – essa *tenacidade* foi propalada como *incomparável*. Penas distintas de autores distintos, porém nada dissonantes, mas convergentes, assemelhadas nas adjetivações elogiosas em relação aos paulistas. Entre outras muitas frases pomposas, de maneira enfática escreveu Afonso Celso citado por Lima (1942, p. 79): “Bandeirantes: eis a nota galharda e rubra dos nossos anais”. Um ano depois, elogiando desbragadamente os bandeirantes, Magalhães (1943, p. 127) transcreveu, em seu livro didático, trechos do célebre poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, composição épica que enaltece os *imortais paulistas*.

Quatro anos após, os sertanistas paulistas eram adjetivados por Ferreira (1947, p. 67), como “os audazes bandeirantes”, ao passo que o devassamento realizado por esses personagens foi entendido, pelo mesmo autor, como uma “simplesmente maravilhosa marcha para o desconhecido, para a conquista” (FERREIRA, 1947, p. 70). A numerosa e destrutiva expedição que acometeu o Guairá, em 1628, sob o comando de raposo Tavares, foi qualificada por Ferreira (1947, p. 65) como “formidável bandeira”, cujo líder, *brada aos jesuítas* que foi até lá para retomar as terras do rei português. Não escravizador e matador de índios, mas um fiel vassalo do rei português, eis o Raposo Tavares na versão de Ferreira (1947, p. 65), um bravo membro da “epopéia titânica” dos paulistas.

Em Silva (1952, p. 62) as virtudes da “audácia e da tenacidade” dos bandeirantes aparecem claramente.

Em Corrêa (1955, p. 124) existe a asserção de que “um bandeirante tinha de ser de uma fortaleza maior que os outros homens”, além de constar também no texto a afirmação de que o chefe da bandeira “devia ser um homem de qualidades ainda maiores que os outros” (CORRÊA, 1955, p. 124). Porém, a característica mais marcante nessa obra didática é a reprodução da lenda de que Raposo

Tavares atravessou as montanhas andinas, atingindo o litoral do Pacífico e brandando, de espada para o alto, *que se apoderava daquelas terras e daquelas águas para o seu rei*. Eis aí de novo, Raposo Tavares sendo apresentado como um heróico vassalo da coroa lusitana. Porém, agora não procurando subjugar um adversário humano – no caso o jesuíta guairenho da obra didática de Ferreira (1947) – mas dois elementos não pensantes, o mar e as areias do litoral do Pacífico, tal qual Dom Quixote, na obra imortal de Cervantes, investindo de espada em riste contra moínhos de vento, buscando subjugá-los. Páginas antes de reproduzir essa lenda que se criou em torno de Raposo Tavares, Corrêa (1955, p. 125), já havia afirmado que esse sertanista dava a impressão de ter sido feito “de ferro, de bronze ou de aço”.

Na década seguinte, sobre as bandeiras afirmava Santos (1966, p. 220): “Eram colossais caravanas de homens destemidos”. Esse autor também reproduz a lenda de que Raposo Tavares alcançou o Pacífico, porém, com uma variação: ao invés de avassalar mar e terra, o homem que atravessou os Andes, *lavou as mãos* nas águas longínquas da costa oeste da América do Sul.

Algum tempo depois, em outro livro didático sobre as expedições paulistas, afirmava Grande (1970): “A grandiosa epopéia das bandeiras [...] o esforço inaudito [...] a vontade inquebrantável [...] resultante da tenacidade”¹³.

No final da década de 1970, Valuce (1979, p. 62 e 64) dava o título de *Epopéia Bandeirante* ao capítulo IX de seu livro didático, denotando que sua abordagem seria acrítica, elogiosa, o que acabou por ser constatado claramente, em frases que ressaltam “o trabalho heróico desses homens ou as várias cidades [que] resultaram da epopéia bandeirante”.

Ainda propalado discursivamente como herói em 1979, o bandeirante continuaria sendo iconograficamente apresentado, até o final do século passado – Carmo e Couto (1998) –, como um personagem histórico vestido de maneira muito própria, envergando sua tão conhecida indumentária, já parcialmente descrita por Rio Branco (1894), no primeiro livro didático que analisamos nesse trabalho¹⁴. Portanto, essa vestimenta – composta por botas altas, chapéu de abas largas, gibão acolchoado (escupil), polvorinho, mosquete, alfanje e espada – foi reiteradamente associada à figura do bandeirante, aparecendo tanto nos textos, quanto na iconografia dos livros didáticos, desde o final do século XIX até o final do século XX. A abordagem de Carmo e Couto (1998), foi a última, que de maneira acrítica, apresentou os bandeirantes trajados com tais aparatos, através de uma iconografia discrepante em relação à pobreza paulista, à carência material apontada no texto da obra em pauta. À partir do início deste século XXI, os livros didáticos passaram a ofertar abordagens que questionam não apenas as *ações*

¹³ Prefácio do volume 1 dos *Cadernos do MEC – História do Brasil*, caderno de exercícios de autoria da Profª. Elvia Steffan (1970).

¹⁴ Citando Montoya (1985), Rio Branco escreveu que os bandeirantes andavam “*muy bien aramados com escopetas, vestidos de escupiles, que son al modo de dalmáticas, estofadas de algodón, com seguridad de lãs saetas*” (Rio Branco, 1894, p. 60-61). O eminente diplomata ainda afirmou que os paulistas andavam “*munidos de armas de fogo e protegidos nos combates por uma couraça de couro acolchoada de algodão*” (Rio Branco, 1894, p. 60).

*heróicas dos paulistas*¹⁵, mas também a iconografia, e até mesmos os monumentos públicos que retratam os bandeirantes¹⁶.

No entanto, está claro que esse adensamento da criticidade é um processo iniciado recentemente nos livros didáticos, após mais de um século de apologia aos bandeirantes, da Proclamação da República ao crepúsculo do século XX.

Ao longo de sucessivas décadas, tanto nos textos quanto na iconografia, os livros didáticos apresentaram, aos alunos de sucessivas gerações, um personagem histórico heróico, um marchador tenaz e destemido, envergando trajes e acessórios europeus.

Não por acaso, escrevendo na metade da década de 1980, afirmou Volpato (1985, p. 17):

O tema Entradas e Bandeiras tem sempre um espaço garantido nos livros didáticos de História do Brasil [...] o bandeirante é apresentado, na grande maioria das vezes, como herói responsável pelas dimensões continentais do país. As ilustrações do texto apresentam, quase sempre, a figura de um sertanista de botas de cano alto, chapéu de aba larga, gibão acolchoado, com uma escopeta ou um bacamarte na mão. No texto é passada a visão heróica do bravo que, vencendo dificuldades sem fim, conquistou áreas imensas para a colônia e descobriu riquezas no interior do Brasil.

Quinze anos depois, sobre a figura do bandeirante, asseverou Monteiro (2000, p. 105):

Desbravador dos sertões incultos, temível conquistador de povos selvagens, esta figura heróica marca presença tanto nos manuais de história quanto nos monumentos e nos nomes de ruas, estradas e escolas no Brasil inteiro.

Essa imagem mítico-heróica, como parece não restar dúvida, foi divulgada durante décadas sucessivas pelos livros didáticos de história, alojando-se arraigadamente no imaginário dos brasileiros. Sobre isso escreveu Volpato (1985, p. 17):

Os livros didáticos, na verdade, reproduzem uma visão mítica do bandeirante, elaborada [...] pela historiografia do bandeirismo. Essa versão mítica está tão amplamente divulgada e tão profundamente enraizada, que faz parte do senso comum e é tida e aceita como concreta e definitiva.

¹⁵ A primeira abordagem que se mostrou acentuadamente crítica ao heroísmo bandeirante foi a de Azevedo e Darós (1988), sendo que a primeira abordagem despida do costumeiro viés épico, foi a de Gomes (1974), porém, sem aprofundamento crítico em relação ao heroísmo paulista. Essas duas abordagens, exceções raras em seus respectivos momentos históricos, configuram-se como os primórdios (esparços, espaçados e episódicos) dos textos didáticos críticos, que se tornariam predominantes no início do século XXI.

¹⁶ Os trabalhos de Vicentino (2002), Campos et. al. (2002) e Panazzo e Vaz (2002) são exemplos desse aprofundamento crítico.

Cumprer lembrar, que embora tenham sido escritas na metade da década de 1980, essas palavras ainda soam significativamente atuais, tão atuais como uma assertiva escrita ainda antes por Moog (1985, p. 137):

... a verdade é que, a despeito [...] das imagens novas que procuram destruir as antigas, as imagens romantizadas do pioneiro e do bandeirante ainda continuam a vigorar por toda parte...

Após o prorromper deste novo século, *imagens novas* sobre os bandeirantes passaram a predominar nos livros didáticos de história. Porém, tais *imagens* são resultantes de um processo ainda muito recente, que levará ainda um certo tempo – difícil de ser precisado – para começar a suplantar as *imagens antigas*, que durante tanto tempo, foram disseminadas sobre a figura do sertanista paulista. A figura do bandeirante herói ainda continua pairando como um paradigma histórico, exceto no restrito círculo acadêmico dos estudiosos do bandeirismo. A figura do bandeirante-herói, depois de tanto tempo reiterada nas instituições escolares – pela via dos livros didáticos –, acabou por espalhar-se amplamente no imaginário coletivo da sociedade brasileira, estabelecendo-se no senso comum, de maneira significativa e facilmente perceptível. Noutros termos, os conteúdos dos arcaicos livros didáticos de capa dura, cujas páginas amareladas estão corroídas por traças e cupins, continuam *actuais*, parece que de *facto*, para a grande maioria dos brasileiros.

Referências

- AZEVEDO, L.; DARÓS, Vital. **A história de um povo: sociedade brasileira pré-colonial, colonial**, São Paulo: FTD, 1988.
- BENEVIDES, José E. C. de Sá. **Resumo de História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1913.
- BRAICK, Patrícia R.; MOTA, Myriam B. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- CAMPOS, Flávio et al. **O jogo da história**. São Paulo: Moderna, 2002.
- CARMO, Sonia Irene S.; COUTO, Eliane F. B. **História, passado e presente: a formação do capitalismo e a colonização da América**. São Paulo: Atual, 1998.
- CORRÊA, Viriato. **História do Brasil para crianças**. 19 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- DARÓS, Vital. **Paisagem brasileira: terra e gente, geografia e história**. São Paulo: FTD, 1997.
- ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **A Época Colonial (Tomo I)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FERREIRA, Tito Lívio. **História do Brasil para as Terceiras e Quartas Séries Ginasiais**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.
- FRANCO, Francisco de Assis C. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

- GOMES, Paulo Miranda. **História do Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Livraria Lê Editora Ltda., 1974.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- _____, Sérgio Buarque. **Monções**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LIMA, Afonso Guerreiro. **Noções de História do Brasil**. 10 ed. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 1942.
- MAGALHÃES, Basílio. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1943.
- MOCELLIN, Renato. **História do povo brasileiro: Brasil Colônia**. São Paulo: Editora do Brasil, 1985.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias de Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Trad. Arnaldo Bruxel. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- MOOG, Viana. **Bandeirantes e Pioneiros**. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- OLIVEIRA, Estevam, **Rudimentos de História Pátria**. Minas Gerais: Typ. Do Correio de Minas, 1909.
- PACHECO NETO, Manuel. **O bandeirante como tema na educação brasileira: um estudo dos livros didáticos publicados entre 1894 e 2006**. Piracicaba: UNIMEP, 2007. (Tese Doutorado).
- PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela história**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2002.
- POMBO, Rocha. **Conflictos Internos – Bandeirantes**. In: Irmãos Maristas. **Primeiras Lições de História do Brasil: perguntas e respostas**. São Paulo: Livraria Paulo de Azevedo, 1922.
- RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1935.
- RIO BRANCO, Barão. **História do Brasil**. São Paulo: Livraria Teixeira & Irmão, 1894.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 1972.
- SANTOS, Washington. **História do Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S/A, 1966.
- SILVA, Joaquim. **História do Brasil para a Primeira Série Ginásial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- SILVEIRA, Alfredo B. **Lições de História do Brasil**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1924.
- STEFFAN, Elvia Roque. **História do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1970.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1980.
- VALUCE, Ládmo. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Editora do Brasil, 1979.
- VICENTINO, Cláudio. **Viver a história: ensino fundamental**. São Paulo: Scipione, 2002.

VOLPATO, Luíza. **Entradas e Bandeiras**. 3 ed. São Paulo: Global, 1985.

Recebido para publicação em Dezembro de 2007

Aceito em Fevereiro de 2008.

Contatos: manuel-pacheco@uol.com.br